

Programa de Capacitação Continuada -

# A importância do letramento racial para a atuação antirracista na Defensoria Pública - Módulo V

O curso será voltado ao público interno.

## Sinopse

O quinto módulo do curso de letramento racial abordará a questão do colorismo, a branquitude no sistema de justiça, as políticas institucionais antirracistas nas Defensorias Públicas Estaduais e as ações afirmativas e cotas raciais

[Inscreva-se aqui](#)

Inscrições até 30/03 às 16h. O convite com link de acesso será enviado apenas aos/às inscritos/as.

O evento será transmitido ao vivo pela plataforma Microsoft Teams

## Dia 31/03 - 16h às 18h

### DO PÉ NA COZINHA AOS AVÓS EUROPEUS: O debate do colorismo garante privilégios para quem?

**Najara Lima Costa** – Doutoranda em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – PPGHDL / FFLCH/ USP. Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC – UFABC. Socióloga pela Universidade Federal Fluminense – UFF. É também autora do livro “Quem é Negra/o no Brasil?” editado pela Dandara, além de professora e pesquisadora das relações raciais, atuando especialmente na análise dos métodos e processos de heteroidentificação que conduzem as políticas afirmativas com recorte racial e seus impactos.

## Dia 28/04 - 16h às 18h

### RELAÇÕES RACIAIS E O SISTEMA DE JUSTIÇA: O pacto narcísico da branquitude na reprodução das (in)justiças

**Lourenço Cardoso** – Professor do Instituto de Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Campus de Araraquara. Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra (UC) e Centro de Estudos Sociais. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenador do Grupo de Pesquisa e de Extensão “Leituras de Rua”. Autor do livro “O branco ante a rebeldia do desejo: Um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional”.

## Dia 26/05 - 16h às 18h

### NÃO BASTA NÃO SER RACISTA, É PRECISO SER ANTIRRACISTA: Políticas institucionais antirracistas nas Defensorias Públicas

**Inara Flora Cipriano Firmino** – Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Mestre em Ciências (área de concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito) pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da FDRP/USP, na linha de pesquisa Racionalidade Jurídica e Direitos Fundamentais na Construção do Estado Democrático de Direito. Atualmente é doutoranda vinculada ao Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com área de concentração em Teoria do Estado e Direito Constitucional, na Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Ordem Internacional, e pesquisadora do Núcleo de Justiça Racial e Direito da Fundação Getúlio Vargas São Paulo (FGV/SP).

## Dia 30/06 - 16h às 18h

### Mas se você se esforçar, você consegue! Do discurso da meritocracia até a construção do direito à reparação histórica: ações afirmativas e cotas raciais

**Acácio Sidinei Almeida Santos** – Tataraneto de Mulheres Africanas e Homens Africanos. Bisneto, neto e filho de Mulheres e Homens do Recôncavo da Bahia. Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP e Pós-doutorado pela Faculdade de Saúde Pública - USP. Foi Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas da Universidade Federal do ABC (2018 a 2022); é professor no curso de Relações Internacionais (BRI/UFABC); coordenador do Observatório de Políticas Afirmativas - OPA/FONAPRACE; pesquisador associado ao Grupo de Antropologia da Comunicação da Université Félix Houphouët-Boigny (Côte d'Ivoire) e membro colaborador da Cátedra Sergio Vieira de Mello (CSVM/UFABC).

Datas e participantes do evento poderão sofrer alterações, a critério da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – EDEPE, sem aviso prévio. As opiniões e conceitos emitidos serão de exclusiva responsabilidade dos/as palestrantes, não expressando necessariamente a posição institucional da EDEPE ou da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.